

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.360 - SP (2018/0314253-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : CETEP - CENTRO DE EDUCACAO TECNICA E PROFISSIONAL S/C LTDA - EPP  
**ADVOGADO** : GUILHERME HENRIQUE TURNER CARDOSO - SP120595  
**EMBARGADO** : CENTRO EDUCACIONAL DO FUTURO LTDA  
**ADVOGADO** : FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO AOS HONORÁRIOS RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por CETEP - CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL S.C. LTDA. - EPP à decisão monocrática desta relatoria (e-STJ, fls. 675-680), a qual conheceu do agravo para conhecer e negar provimento ao recurso especial interposto por CENTRO EDUCACIONAL DO FUTURO LTDA.

Em suas razões (e-STJ, fls. 682-685), alega a embargante que há erro material na decisão embargada, a qual considerou que os honorários advocatícios já atingiram o patamar máximo e, por isso, deixou de arbitrá-los.

Sem impugnação (e-STJ, fl. 688).

Brevemente relatado, decido.

É de se ter presente que essa espécie recursal tem por finalidade suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, vícios ausentes no presente caso.

Com efeito, a fixação dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015) deve ser examinada à luz das regras definidas pela Terceira Turma deste Tribunal Superior nos EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de

8/5/2017, exigindo-se o preenchimento cumulativo dos requisitos delineados a seguir:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO CONFIGURADA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR O VÍCIO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. REQUISITOS.

I - Para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC de 2015, é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC ; o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente; a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso; não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido; não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo; não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba. [...]

No caso, a embargante alega que a sentença arbitrou os honorários sucumbenciais em 10% do valor da condenação, de modo que é cabível a majoração dos honorários, pois o percentual máximo admitido por lei é de 20%.

Não obstante, as verbas sucumbenciais foram alteradas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento ao recurso da ora embargada e fixou a favor de seus patronos honorários de sucumbência a importância de R\$ 1.000,00 (mil reais - e-STJ, fl. 478), que corresponde, inclusive, ao valor da causa.

Embora a decisão embargada esteja correta ao considerar que os honorários sucumbenciais já atingiram o patamar máximo, deixou de observar que tal limite foi destinado ao patrono do recorrente, cujo recurso foi desprovido. Com efeito, há margem para majoração dos honorários sucumbenciais dos patronos da recorrida, ora embargante.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Feitas essas considerações e atento ao disposto nos §§ 2º, 8º e 11º do art. 85 do CPC/2015, majoro os honorários recursais em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator